

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.029

A REPROVAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN

Mara Núbia de França¹
Deise Carla de Brito Pascoal²

RESUMO

O Interesse pela temática vem de uma inquietude desde que lecionei numa turma de 5º ano numa escola da rede municipal de ensino de minha cidade, onde me deparei com cerca de 10 alunos com distorção idade/ano e com histórico de reprovação escolar. A temática da reprovação escolar ainda é um pouco escassa no Brasil, embora o problema seja um dos grandes motivadores do abono escolar. E o Brasil, entre 70 países pesquisados, ainda é um dos que mais reprovam ficando atrás apenas da Colômbia. Como objetivo geral temos a intenção de contribuir para uma reflexão a nível de município e escola, sobre o alto índice de alunos reprovados no Ensino Fundamental e como objetivos específicos, intentamos: Refletir sobre a reprovação e repetência na escola; Diminuir gradativamente os índices de reprovação no município; Desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que melhorem a aprendizagem; Desenvolver programas de correção de fluxo escolar e Encaminhar alunos fora da idade escolar para turmas de EJA. Sob reflexões de Vitor Paro e a coleta de dados durante a pesquisa e em sites Educacionais do governo federal, buscaremos refletir sobre o cenário educacional e os índices que são apresentados no cenário da Educação a nível nacional, bem como provocar uma reflexão e mudanças de atitudes e posturas dos professores da rede municipal de ensino.

Palavras-chave: Educação Básica, Reprovação escolar, Ipanguaçú, Educação Pública.

1 Mestranda em Educação, maranubiaip@gmail.com;

2 Mestranda do Curso de Educação Profissional e Tecnológica - IFRN, deise Carla1910@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A reprovação escolar, motivo de grande abandono das escolas Brasil a fora, ainda é situação presente nas discussões de encontros de professores e educadores. A proposta de trabalho e investigação aqui presente, nasce de uma inquietação enquanto professora da rede municipal de ensino de Ipangaçu. O município de aproximadamente 16 mil habitantes e encravado no interior do RN, que possui 16 escolas em sua atuação, sendo 03 estaduais, 02 da rede particular, 01 Instituto Federal e 11 escolas municipais da Educação Infantil ao nono ano; dessas apenas duas estão situadas na área urbana, sendo uma creche, e uma escola do primeiro ao nono ano.

Na formulação inicial desta pesquisa, a pretensão era coletar opiniões de professores a respeito dos motivos que levam a reprovação escolar, a fim de descobrir ou fomentar neles, os professores, uma reflexão a respeito de auto avaliação, ou seja, dos discursos que cercam esses sujeitos (os alunos), que são vítimas ou rotulados como responsáveis unicamente pelos resultados.

A respeito da reprovação, Paro diz:

[...]A reprovação não se manifesta, pois, apenas no modo de agir e de pensar que perpassa as atividade escolares. Mas nos números de retidos e “desistentes” que a escola produz, mas também no modo de agir e de pensar que perpassa as atividade escolares. Nas relações de ensino que se estabelecem na sala de aula, por exemplo se não virem uma concepção de educação como atualização que orienta a ação de educação como atualização histórico-cultural que orienta a ação para objetivos identificados com o gosto pelo saber e a apropriação da cultura como valor fundamental mas, em vez disso, uma percepção do papel da escola que se volta para resultados vinculados á obtenção de uma credencial de passagem para o próximo nível de ensino ou mero cumprimento de uma obrigação é claro que o suposto da reprovação estar permanentemente presente.

Na opinião de Paro, é importante salientar que a prática e os discursos produzidos também é uma prática escolar. Uma complexa teia de discursos que se fundem através de diversas práticas e saberes. O município de Ipangaçu aponta dados do IDEB (Índice da Educação Básica) que passou de 3.94 em 2023 para 4.43 em 2024. Ao longo dos anos apresentou um lento crescimento em seus dados em geral, mas que até hoje ainda sofre com os transtornos de reprovação, repetência e abandono escolar.

Em entrevista realizada com 10 professores da escola a respeito da opinião deles sobre: que motivos levam os alunos a reprovação? A maioria respondeu que era a falta de interesse dos alunos. Outros responderam que eram as dificuldades escolares, outros o comportamento e falta de interesse, defasagem escolar e outros que eram vários fatores como: família e escolar. Em nenhum momento observamos depoimentos a respeito da avaliação realizada em torno do saber dos alunos, ou da atuação de professores.

A respeito das estatísticas escolares, Gil diz:

[...]as estatísticas estão longe de ter a neutralidade que frequentemente lhes é atribuída. Produzidas a partir de finalidades definidas por indivíduos determinados e restritos à possibilidade de apresentar apenas números constrangidos por categorias determinadas, as estatísticas mostram aspectos parciais da sociedade.

Em se tratando de Ideb ou qualquer outro dado estatístico, pode-se afirmar que qualquer pesquisa serve a algum interesse sendo que ao longo dos estudos a respeito da repetência e reprovação escolar, são inúmeros os motivos que levam os alunos a reprovação e conseqüentemente a repetência, falta de estímulos e inúmeras situações sociais, emocionais e culturais para a escola e para o aluno. Uma análise da atualidade mostra que o ensino no ensino fundamental principalmente anos iniciais precisa provocar a aprendizagem com o desenvolvimento de competências e habilidades do aluno para que esse, siga nos anos seguintes sem distorção. Uma situação que implica demais em falta de interesse em continuar os estudos quando se repete de ano.

A esse respeito ver Saviani sobre o ensino sistematizado:

[...]a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais, história e geografia humanas (SAVIANI 1992).

A opção por focar na reprovação escolar surgiu da vivência nesta instituição, ocasião em que atuava em 2019 com alunos de uma turma de quinto ano, com 8 alunos fora de faixa etária e repetentes. Isso causava um verdadeiro transtorno em sala de aula, por lhe dar com interesses e comportamentos muito diferente. Tento retratar aqui a realidade do município de Ipangaçu, que como muitos outros no Brasil afora sofrem com a reprovação escolar.

O município de Cunho mais agrícola localizado na microrregião do Vale do Assú, enfrenta alguns desafios ao longo dos anos na melhoria dos seus índices escolares. Atualmente o município possui cerca de 1.900 alunos na sua rede ensino, desde a Educação Infantil aos anos finais. De 2011 pra cá o município tem alavancado seus índices ainda que de forma tímida. Em 2024 o IDEB subiu em algumas escolas da rede. Apesar disso muitos fatores ainda interferem no final que é a questão da reprovação escolar. Alguns problemas precisam ser investigados sobre o que diz Romanelli: “ a noção de repetência propriamente dita, tem seu surgimento quando se institui a escola seriada no final do século XIX.

Explicar o fracasso escolar para Charlot requer uma visão da história singular dos sujeitos, a análise de sua trajetória, as práticas das atividades que se desdobram no campo da aprendizagem e muito mais. E que também giram em torno da leitura de mundo positiva que eles tem a cerca da apropriação do conhecimento, do mundo que o cerca e além disso, de uma imagem voltada para aquilo que ele consegue fazer, e que são suas potencialidades.

Para Charlot 2000;

O autor diz que : por um lado as teorias lidam com posições e diferença entre posições, e não com um conjunto desses fenômenos, agrupados sobre a expressão “fracasso escolar”. Por outro lado, não se pode interpretar uma correlação estatística em termos de causalidade: dois fenômenos podem estar associados estatisticamente sem que um seja a causa do outro (eles podem não ter uma correlação direta, mas sim, serem os efeitos de um terceiro fenômeno). (ibid, p . 24).

Charlot ainda fala de outra via referente ao fracasso escolar que seria considerar o movimento complexo e longo, o sujeito e uma contínua reconstrução onde se constroem e se reestabelecem os sentidos. Para o autor, compreender as causas do fracasso escolar seria buscar compreender as experiências pelas quais os sujeitos atravessam e os sentidos construídos nessas vivências.

Considerando todas as reflexões, faz-se necessário analisar o lugar desse sujeito. Charlot nos traz uma pesquisa que aponta que o lugar do discurso da origem do fracasso escolar. O autor aponta para inúmeros fatores que estão envolvidos nesse fenômeno que vão desde a desigualdade de oportunidades, a ineficácia do aprendizado pela atuação docente, escassez de investimentos na educação, diferentes modos de vida do sujeito e das condições de trabalho. Essas e outras distintas experiências que perpassam as condições de trabalho.

Segundo ele: o campo de estudo a respeito da temática por muitas vezes torna-se repetitivo. Ele destaca esse trabalho: Da relação com o saber. Elementos para uma teoria. Chalort (2000). Ele tenta desmistificar a reprodução social dos anos 60 e 70 que seguia a lógica da produção e reprodução social, como se a posição social do pai fosse reproduzida pelo filho. Ele propõe que essas situações pré-estabelecidas sejam desmistificadas e que essas situações de fracasso escolar sejam analisadas.

É preciso traçar novas rotas e segundo ele o sujeito é importante trazer a discussão sobre o fracasso e repetência para o Ensino Fundamental no município de Ipanguaçu, o ensino precisa provocar a aprendizagem com o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Não é só passar de ano, a criança precisa aprender o que está sendo ensinado. As habilidade e competências a serem ensinadas diante de cada série/ano segundo a BNCC precisa ser levada em consideração, estudada, e avaliada por todos os professores e equipe pedagógica das escolas.

Os instrumentos de aprendizagem, as atividades propostas e as avaliações feitas dos alunos, também precisam ter um olhar crítico e está de acordo com o que o aluno estudou e também adequadas as suas capacidades intelectuais. Uma vez posta a avaliação, o professor também é avaliado pela nota atribuída ao seu aluno. O não aprender também precisa ser investigado uma vez que o aprender impõe inúmeras variáveis como já citado anteriormente. Nos estudos de Patto, o que chama a atenção pra tentar justificar, ou mesmo informar, são as condições institucionais, o que ela chama de condições internas. Além de outras inúmeras questões que contribuem para o fracasso como as condições de trabalho dos professores, a rotatividade deles, a própria falta de professores e a postura deles diante de crianças condenadas ao fracasso escolar.

Crianças essas que na maioria das vezes já tem sobre si um olhar de preconceito sobre as suas capacidades e habilidades intelectuais diante das condições socioculturais as quais estão inseridas. Patto fala sobre quatro afirmativas que contribuem para o fracasso escolar que encontrou em pesquisas na revista RBEP que trariam abordagens psicologizantes e sociologizantes. Que seriam: dificuldade de alfabetização de alunos de camadas populares. A segunda seria uma atribuição de escolas públicas para atendimento de alunos com aprendizagem medianas, onde os alunos sofreriam forte o peso do fracasso através de seus professores que buscam alunos ideais. E a terceira, atribuição seria aquela aonde

os professores de classe média seriam pouco sensíveis e preconceituosos em relação aos estudantes.

A escola sempre foi considerada como reprodutora ou transformadora. É importante repensar as políticas educacionais vimos que ao longo dos anos as implicações que recaem sobre a reprovação e o fracasso escolar sobre os vários eixos: família e escola e responsabilização escolar, a formação profissional e ação dos docentes sobre o fracasso escolar, as condições institucionais e intraescolares e o fracasso escolar e as políticas públicas e o fracasso escolar e a relação de múltiplos fatores

Os estudos Moscovicianos apontam para uma discussão em seus artigos principalmente sobre a representação que os professores fazem dos alunos de camadas populares mais baixa. Uma representação preconceituosa, e a uma antecipação das expectativas do fracasso escolar de crianças de classes populares.

Além disso, essa e outras visões tomaram parte das concepções pedagógicas das aprendizagens e desenvolvimento das capacidades de aprendizagem e evolução de alunos de baixa renda. Preconceitos e representações sociais preconceituosas, que ainda pairam em muitas visões de professores e demais pessoas que olham para o ensino público. Diante disso é necessário entender o processo de escolarização e das contribuições de algumas visões que chegaram ao Brasil como salvacionista como a Construtivista. Estaria voltada para reduzir o fracasso escolar. Aonde o docente deveria exercer sua prática profissional motivado, visando a preparação de um trabalho escolar contextualizado como momentoso e destinado ao planejamento. Uma concepção que deixou lacunas, apesar de ter apostado nas potencialidades dos alunos.

Falar da reprovação não é também se remeter a uma responsabilidade apenas do professor. Existe uma rotina no Brasil de atribuir muitas vezes ou na maioria delas, essa visão. É preciso um olhar atento uma vez que outra vertente contrária a aprovação, seria o passar automaticamente, o que para Celso Antunes, não é a melhor solução como muitas realidades deixam isso em evidência.

Para Celso Vasconcelhos:

[...] a implantação da aprovação automática seja gradativa, considerando o enraizamento histórico de todos os sujeitos envolvidos no processo escolar e que a proposta não deve ser imposta, sem que antes passe pela aceitação e interiorização dos educadores (VASCONCELLOS, 2005). Mesmo sendo defensor da não reprovação escolar.

A aprovação automática é utilizada ainda no Brasil do primeiro ao terceiro ano, o que impediu que muitas crianças fossem condenadas ao fracasso como no passado, mesmo diante do longo processo de aquisição do sistema alfabético e de escrita. Ele diz que esses altos índices de reprovação precisam sair da zona de naturalidade. E ainda que a reprovação deve ser superada porque é fator de seleção, e que o aluno não deve pagar pelas eventuais deficiências do ensino. E que todo aluno é capaz de aprender.

Estudos teóricos são preponderantes a respeito da reprovação mas ainda não surtiram o efeito necessário pois não percebemos mudanças significativas na maioria das escolas para que esses dados fossem revertidos. Preliminarmente as pesquisas ainda recaem sobre as responsabilidades de ir atribuindo as causas a fatores extraescolares e não a outros fatores como os intraescolares que envolvem os aspectos: sócio-culturais e também interações culturais entre professores, alunos, família e demais envolvidos no processo de aprendizagem.

As séries iniciais merecem atenção especial no tocante a aprendizagem e no tocante as políticas educacionais com valorização, formação do professor, além de investimentos em infraestrutura com prédios e salas de aula acolhedoras e climatizadas e bem ambientadas.

Aprender é um direito de todos, mas qual seria os critérios adotados para aprovar ou mesmo reprovar alunos? O aluno passa por um processo para recompor a aprendizagem, e ao final do ano é aprovado. Um processo que muitas vezes foi mal interpretado e ao invés de acompanhado, avaliado ele é promovido automaticamente sem a devida aprendizagem para aquela série. A esse respeito Paro diz que: como se passar para a série seguinte sem saber seja pior do que não saber e continuar na mesma série, com a agravante de ser estigmatizado pela reprovação e ferido em sua autonomia. A aprovação automática do aluno muitas vezes é vista como uma das possibilidades de eliminar o problemas. Mas também esconde as consequências sociais e culturais para um país.

A esse respeito NAGEL, (2001) diz:

A aprovação compulsória como decisão anterior à aferição de conhecimento, a correção de fluxo como meta estatística para comprovar a eficiência de um sistema falido, na prática vigente, já garantiu um descompromisso com as futuras gerações, só admissível quando se perde a história como horizonte possível.

Para Celso Vasconcelos a reprovação deve ser superada porque é fator de seleção social e discriminação. Ele diz que pedagogicamente não é a melhor

solução, e que o aluno não deve pagar pelas eventuais deficiências no ensino. E que todo aluno é capaz de aprender.

A esse respeito e sobre a reprovação automática Vitor Paro diz:

Mas a aprovação automática, apesar de seu valor intrínseco, não está imune a sua utilização com propósitos alheios à promoção da qualidade do ensino. A impressão negativa causada pela altas estatísticas de reprovação e evasão escolar nos vários sistemas de ensino tem levado governantes impopulares a lançar mão de expedientes nada pedagógicos para provocar a queda dessas estatísticas, de modo a aparecer que tais quedas tenham sido resultado de alguma melhoria na eficiência da escola.(PARO, 2003).

Que o fim da reprovação escolar não seja vista apenas como resultado dos usuários da escola, e que não isente a vontade política das suas responsabilidades no tocante a melhoria da qualidade do ensino. A discussão da reprovação escolar no Brasil precisa passar do nível das discussões. E as discussões até o momento não superaram os problemas considerando preliminarmente que as justificativas para os problemas da aprendizagem.

AS AVALIAÇÕES ESCOLARES E AS REPROVAÇÕES

Desde o ensino dos jesuítas no Brasil, há relatos de exames de verificação das aprendizagens, onde em 1599 é publicado a *Ratium studiorum*, orientação para o ensino nas escolas jesuítas, (Saviani, 2007). Após essa avaliação eles recebiam um critério de classificação de aprovação tais como: simplesmente, plenamente e com distinção). Nos estudos escritos era constatado o pouco tempo de permanência do aluno na escola. Uns permanecem de 1 a 2 anos, e em média 5 anos de escolaridade.

Constata-se que o tempo de permanência na escola em comparação da permanência do aluno na escola, é diverso e plural. A história do calendário escolar com aprovação, reprovação e resultados vem se fixar mesmo no século XX, uma vez que a entrada de alunos não parava nas escolas em relatos de Gallego. E o tempo de aprender com a idade limite situava de 7 a 12 anos.

No caso do Brasil a autora diz:

O século 19 incorporou os discursos pedagógicos defensores da educabilidade da infância, do papel civilizatório da educação, e no interior dessa reflexão, da definição de um período ideal para

a aquisição da instrução elementar. Nos oitocentos, essa cada vez mais foi compreendida como devendo se realizar nos espaços escolares. Era à criança no período da meninice, compreendidas entre os 7 e 14 anos, que foram dirigidos os projeto de instrução pública. (Gouveia, 2004, p. 278).

No Rio Grande do Sul nos estudos de Gil 2018 verificou-se que segundo decretos, as matrículas só seriam aceitas dos 7 aos 14 anos de idade. Mas nos livros de registros verificou-se registros de 4 e 6 anos e até outras matrículas fora da faixa etária. Com o passar do tempo, a seriação de classes e homogeneização começam a ocorrer no Brasil. São Paulo por exemplo sai na frente e começa a criar os grupos aonde centrou-se a atenção em aplicação de teste avaliativos na composição de aprendizagens dos alunos para formação de classes homogêneas. De forma que os alunos que não dominassem os conteúdos daquela série da qual foi aprovado, teria que voltar e cursar o ano anterior. Daí surge a compreensão da “necessidade da reprovação, retenção e repetência para o bom funcionamento da escola. Porém, essa medida não se configurou adequada no decorrer dos anos.

Assim surgem também os discursos de incapacidade e anormalidades, e posteriormente a aplicação dos testes e dos manuais de psicologia. Um dos testes era o de Binet. O chamado teste de Inteligência: aonde permitiam identificar as crianças retardadas e estabelecer o nível mental de cada aluno, tendo em vista encaminhá-lo para a modalidade de ensino mais adequada às suas necessidades individuais (Lima e Viviani, 2015, p. 103).GIL diz que esses estudos serviram a elite brasileira. Um dos testes mais famosos de classificação e tentativa de homogeneização foi o teste “ABC. Encontrado no livro de Introdução ao estudo da Escola nova, de 1930 de Lourenço Filho que (Apud Monarch, 2009, p.221). Pensava-se que o ensino simultâneo seria possível e homogêneo.

Os discursos pedagógicos modernos e sem formação docente o problema da reprovação não aparece antes dos anos 1930 como problema político educacional. Aos poucos vai surgindo o número de alunos matriculados, com repetência e reprovação. Mas a capacidade do Estado em reconhecer esses problema ainda não aparece. Após a criação do Mec –Ministério da Educação em 1930 e em 1937 do Instituto Anísio Teixeira, passa a ser criado o convênio interadministrativo das Estatísticas Educacionais. Em 1936 é criado o boletim as reprovações na escola primária. De 1937 a 1944 são lançados boletins do governo federal sobre as matrículas primárias.

Em análise realizada a respeito do debate sobre a reprovação no cenário educacional, a reprovação não aparece como gravidade até a metade do século XX. Visto como natural pelo poder público e evitável. Mas que o debate é importante e é com a estatística que surgem elementos visíveis que expressam as dimensões qualitativas que possam ser assumidas como agenda de interesse políticossocial como diz Kingdon (1995).

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi bibliográfica, com dados estatísticos e também foi utilizado entrevista com 08 professores da rede municipal de ensino. A pesquisa buscou demonstrar que inúmeros alunos abandonam a escola anualmente, sendo que naquela escola alguns alunos fazem parte dessa estatística, sendo necessário uma intervenção da escola e do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa intitulada “ A reprovação escolar no município de Ipanguaçu, revelou as opiniões que alguns professores na rede municipal de ensino de Ipanguaçu, pensa a respeito da reprovação escolar nas escolas, ou mais especificamente naquela escola pesquisada. Alguns professores se sente sensibilizados pelo fato de alguns alunos não evoluírem em relação a aprendizagem, mas outro professores, só vêem os alunos como responsáveis pela exclusão ou não, do aprendizado escolar. Alguns professores se mostraram sensíveis quando o assunto foi repetir de ano, e que alguns alunos anualmente sofrem com essa situação, no entanto, para outros professores repetir de ano, é necessário e talvez fará com que os alunos aprendam mais sobre os assuntos de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda retomando os pontos sobre a evasão escolar, Segundo Romanelli, as estatísticas sempre fazem um recorte daquilo que querem mostrar, e resultam em um ângulo parcial da realidade. A naturalização do fenômeno do abandono escolar, provocou por muitos anos um número grande de alunos excluídos da escola. A distorção idade-série provocou grandes repetências, e sinônimo de

não aprendizagens. Além disso, muitas crianças chegavam a escola e não tinham êxito na aprendizagem.

Diante da pesquisa realizada, foi constatado que na fala dos professores entrevistados a respeito dos principais problemas segundo as percepções dos entrevistados que levam a reprovação escolar, todas as causas seriam extra escolar. Em nenhum momento se falou a respeito, da questão das avaliações, de fatores internos, ou mesmo de questões relacionadas a instituição. A pesquisa também demonstrou que as escolas precisam traçar estratégias de melhorar o ensino nos anos iniciais, de forma que os alunos possam permanecer sem distorção/idade ano, fator que muitas vezes desestimula o aluno a se interessar pela escola.

Além disso, a pesquisa ainda provoca a escola e o município a estar ativamente atento ao tempo de aprender de cada educando em sala de aula, e a montar estratégias para recompor os saberes não adquiridos na idade certa.

Em suma, as percepções compartilhadas na pesquisa, destaca a necessidade de estar atendo aos saberes e habilidades que os alunos estão adquirindo, bem como das estratégias que serão lançadas para recompô-las, evitando assim a repetência e evasão.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lucila Monteiro. Manuais de História da Educação (1930-1973), de Otaiza Oliveria Romanelli. Londrina, 2022.

CHARLOT, Bernard. Da Relação com o saber. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIL, Natalia de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil. História da configuração de um problema político-educacional. Revista Brasileira de educação sol. 23, 2018.
ANPED-Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação.

Patto, M.H. S A produção do fracasso escolar. São Paulo: T.A.Queiroz 1993.

Romanelli, O . O. História da educação no Brasil(1930-1973). Petrópolis:Vozes, 1978.

PARO, Vitor Paro. Reprovação escolar, renúncia a educação – 3ª ed. Ver-São Paulo.